

**DAS ESTRUTURAS AGRÁRIAS À FUNÇÃO DA MULHER NO
CAMPO: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA DICA
NO MUNICÍPIO DE PORANGATU / GO**

**FROM AGRICULTURAL STRUCTURES TO THE ROLE OF
WOMEN IN THE COUNTRYSIDE: CASE STUDY IN THE
SETTLEMENT OF SANTA DICA IN THE MUNICIPALITY OF
PORANGATU / GO**

WESLEY PEREIRA DA SILVA

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Porangatu / GO
lucimargeo35@gmail.com

LUCIMAR MARQUES DA COSTA GARÇÃO

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Porangatu / GO
lucimargeo35@gmail.com

VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO)
profvandervilson@yahoo.com.br

EDEVALDO APARECIDO SOUZA

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Quirinópolis (GO)
ediueg@gmail.com

Resumo: O contexto da reforma agrária brasileira é marcado por processos conflituosos de assentamento das famílias. Cita-se como principal a questão do trabalho e da aptidão das famílias para produzir e permanecer na terra. O Assentamento Santa Dica, situado no município de Porangatu/GO, foi utilizado como objeto de estudo para analisar a relação entre a apropriação, o trabalho e a renda para ser considerado um assentamento que atende à demanda do projeto de reforma agrária. O perfil das rendas familiares é mostrado por meio de tabelas, cujos dados foram obtidos a partir de pesquisa *in loco*, e apresentam dados relevantes para entender a forma como essas pessoas utilizam a terra. Referenciais teóricos como Spavorek (2003), Pinccin (2012), Lopes e Butto (2008), bem como o site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do governo de Goiás, dentre outros, serviram para subsidiar o entendimento acerca das formas de uso da terra e os conflitos pela busca da melhoria das condições de vida dos assentados. Constatou-se que a maioria dos assentados não sabem como trabalhar a terra, ou não tem recursos suficientes para fazê-lo, cujo objetivo é o retorno financeiro esperado. O texto também busca analisar como cresceu e se fez importante o papel das mulheres na reforma agrária e como seu papel é importante na produção alimentar familiar. Destaca-se a importância do contato do pesquisador com as mulheres assentadas, sujeitos desse estudo para a consolidação dos dados da informação, como forma de validar o conhecimento de bases sólidas.

Palavras-chave: Renda. Trabalho. Assentados. Mulher. Santa Dica.

Abstract: The context of the Brazilian agrarian reform is marked by conflicting processes of family settlement. The main issue is the work and the ability of families to produce and remain on the land. The Santa Dica Settlement, located in the municipality of Porangatu, was used as an object of study to analyze the relationship between appropriation, labor and income to be considered a settlement that meets the demand of the agrarian reform project. The family income profile is shown by means of a table,

whose data were obtained from in situ research, and present relevant data to understand how these people do use the land. Theoretical references such as Spavorek (2003), Pinccin (2012), Lopes and Butto (2008), as well as the website of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Goiás government, among others, land use patterns and conflicts in order to improve the living conditions of the settlers. It has been found that most settlers do not know how to work the land, or do not have enough resources to do so, so that it yields the expected financial return. The text also seeks to analyze how the role of women in agrarian reform has grown and become important, and how their role is important in family food production. It is important to highlight the importance of the researcher's contact with the object of study for the consolidation of data and information as a way of validating the knowledge of solid bases.

Keywords: Income. Job. Seated. Woman. Santa Tip.

Reforma agrária e seus dilemas: a guisa de introdução

Ao longo das últimas décadas, a reforma agrária no Brasil passou por momentos diferentes, foi usada como barganha política de muitos governantes do país e sem dúvida foi assunto de muitos debates “calorosos” que giravam em torno da sua eficácia, ou não, como projeto de inclusão social e econômica. A bandeira da reforma agrária tem sido uma das maiores preocupações das principais lideranças mundiais e vem ganhado grande força nos últimos anos, pelo fato de ser um modelo para a agricultura familiar e para a produção alimentar com benefícios de preservação do meio ambiente, apesar de que no Brasil em meio à crise política e econômica, tenha ficado um pouco estagnada.

Apesar da reforma agrária acontecer de forma específica no campo, os seus impactos vão além, agindo de forma direta na sociedade, na política e também na economia. Historicamente a trajetória da civilização foi marcada pela posse da terra que se tornou sinônimo de riqueza e poder, podendo citar como exemplo os senhores de engenho e os barões do café que, no Brasil, tiveram grande força política justamente por se apossarem de grandes latifúndios, com produção em grande escala, gerando um número enorme de excedentes. Acerca desse pensamento, Sparovek faz a seguinte reflexão:

Nas regiões e nos períodos em que a agropecuária foi (ou é) a principal atividade econômica, o controle da terra foi sinônimo de riqueza e de poder. Diversos estudos demonstram correlações entre os índices de concentração de renda e de propriedade da terra, refletindo no grau de participação na estrutura de poder dos diferentes segmentos da sociedade (Sparovek, 2003, p. 6-7).

Com a venda dos excedentes, a posse da terra ficou ainda mais acirrada, sendo motivo de vários conflitos entre os grandes fazendeiros, que eram apoiados pelo Estado,

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 240-256, jun. 2024. ISSN 1981-4089 e os trabalhadores rurais, que sonhavam com um pedaço de terra para poder cultivar para si mesmos. Entende-se que ainda que pelo latifúndio, a função da terra é produzir e alimentar as pessoas, por isso uma das principais exigências do INCRA para a desapropriação da terra, é que a mesma não esteja cumprindo com o a função social, servindo apenas como uma concentração de poder.

Nos primórdios desse processo vários conflitos aconteceram, onde os trabalhadores sem-terra pressionavam de um lado, e os latifundiários tensionavam do outro. Sobre essas disputas Sparovek diz o seguinte:

No governo Fernando Henrique Cardoso, após o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela reforma agrária e, posteriormente, também pela agricultura familiar. Impulsionadas pela pressão de movimentos sociais e pela opinião pública, diversas iniciativas buscaram a efetivação dos assentamentos (Sparovek, 2003, p. 14).

Devido ao grande avanço da tecnologia, principalmente a agrícola, a mão de obra no campo vem se tornando cada dia mais tecnicista, produzindo em grande escala e, dessa forma, concorrendo de forma desigual em preço com o pequeno agricultor, que depende basicamente da sua força de trabalho para produção. Dessa maneira surgiu a necessidade desses pequenos agricultores se organizarem para fortalecer e expandir a sua produção e comercialização, afim de que pudessem oferecer para os consumidores um produto diferenciado e com preços mais acessíveis. Nessa perspectiva, Engelbrecht menciona que:

Esta população agrícola que sempre esteve à margem dos latifundiários e do acesso à aquisição da terra, bem como privada do acesso à mecanização e ao crédito agrícola precisou criar estratégias de sobrevivência e organização que fortalecesse sua permanência no rural (Engelbrecht, 2008 , p. 3).

Foi dessa maneira que procurou se firmar as cooperativas entre pequenos produtores, uma vez que na agricultura familiar, o sistema de produção é policultivo (diversificado) divergindo dos latifundiários monocultores. As práticas da agricultura familiar, além de cooperar para uma estrutura de permanência do homem na terra, elas se preocupam com a questão ambiental, de modo a preservar os recursos naturais, talvez por isso a agricultura familiar tenha ganhado força popular e, ainda que de maneira simbólica, o Estado passou a respeitá-la e implementar políticas públicas. Dessa maneira, Pinccin aponta que:

A forma de a agricultura familiar se integrar às sociedades com mercados cada vez mais internacionalizados se alterou, tendencialmente, nos últimos 30 anos. Se o processo de modernização produtivista da agricultura restringiu uma determinada caracterização do rural, os problemas ambientais, econômicos, sociais e as críticas a tal processo gesta (ram) outras representações desse espaço, redefinindo funções e valores constituidores de novas ruralidades (Pinccin, 2012, p. 119).

Os novos tempos da reforma agrária, em especial dos assentamentos rurais, passam por muitas falhas, e dentre elas, destaca-se a consolidação dos projetos de cooperativas, que, dentro do assentamento, na maioria das vezes, acontece de forma desorganizada e acabam se extinguindo. Dentre os fatores que podem influenciar o sucesso na terra, a qualidade dos territórios que são desapropriados talvez seja o fator que mais interfira dentro de um sistema de produção familiar. Como se sabe, para serem desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as terras devem estar improdutivas, sendo essa improdutividade advinda, na maioria das vezes, do desinteresse do próprio latifundiário em querer produzir e, outras vezes, por questões referentes às formas de manejo inadequado.

É comum encontrar terras desapropriadas pelo INCRA que não estão seguindo o seu papel de produção. Isso muitas vezes se dá pela dificuldade que o assentado encontra no manuseio com a terra. Mesmo que ele tenha uma certa experiência com o cultivo e que tenha trabalhado a vida inteira no campo, pode ser que em determinada área ele encontre dificuldades no plantio, pois a qualidade do solo varia muito de um local para o outro, mesmo que esses locais sejam bem próximos. Outros fatores estão relacionados à descapitalização dos assentados e à falta de políticas públicas adequadas para pequena produção.

Bittencourt *et al.* (1998) discorre sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e afirmam que:

[...] o quadro natural das áreas destinadas à Reforma Agrária, aqui considerada como a qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a frequência das chuvas e o relevo, tem sido um fator relevante para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos. Além de ser considerado como pré-condicionante para um maior êxito dos projetos de assentamentos, ele também interfere significativamente no nível de renda dos assentados no interior de um mesmo PA (Bittencourt *et al.*, 1998, p. 16).

Como se sabe, mesmo que a terra desapropriada pelo governo seja considerada

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 240-256, jun. 2024. ISSN 1981-4089 de boa qualidade e de bom potencial produtivo, nem todas as suas partes são homogêneas. Sendo assim, sempre acontecem situações em que alguns assentados fiquem com uma parte cuja capacidade de produção é menor do que outros, seja por escassez de água, pelo solo mais fraco em nutrientes, entre outros motivos. Como forma de recompensar essas pessoas que recebem uma parcela de solo menos fértil, é comum que, na divisão feita pelo INCRA, esses lotes sejam um pouco maiores em extensão, o que nem sempre garante que essas pessoas obtenham sucesso. Sobre esse modo de divisão, Bittencourt *et al.* entendem que:

[...] nas áreas destinadas a projetos de assentamentos que tiverem graus significativos de heterogeneidade nas condições do seu quadro natural, o INCRA deve pensar na distribuição de lotes que não sejam contínuos e que seja centrada na qualidade do quadro natural. A forma de utilização (individual ou coletiva) das áreas de maior potencialidade agropecuária deve ser uma decisão dos assentados (Bittencourt *et al.*, 1998, p. 17).

Sabe-se que, uma boa relação entre os assentados é de suma importância para o fortalecimento de um assentamento, ou seja, decisões tomadas coletivamente, ajudam a fortalecer parcerias e abrem portas para investimento de crédito por parte do governo e também por parte de empresas privadas, essas que ao longos últimos anos começaram a apostar um pouco mais no projeto de reforma agrária, ajudando a quebrar alguns paradigmas a respeito do tema.

A pesquisa em questão é continuidade de um trabalho de graduação que foi desenvolvido no intuito de analisar, a partir da realidade do Assentamento Santa Dica, averiguando se quem recebe a terra, realmente é da terra. Nesse âmbito, após certa convivência com o cotidiano das famílias assentadas e vendo o número expressivo de mulheres envolvidas em atividades diversas, resolveu-se descrever um pouco do papel social da mulher no Assentamento de Reforma Agrária, uma vez que, sobretudo depois de ler vários trabalhos sobre a atuação feminina e sua importância na constituição da autonomia da família patriarcal.

A pesquisa tem por objetivo principal adentrar no cotidiano do Assentamento Santa Dica e descrever as funções desempenhadas pelas mulheres, mas para chegar a essa realidade, será antes apresentado aspectos gerais, da questão agrária em Porangatu.

A reforma agrária em Porangatu e o Assentamento Santa Dica

No município de Porangatu existem dez assentamentos rurais, totalizando quase 600 famílias e a reforma agrária é assunto bem presente na realidade dos moradores da cidade, o que torna relevante as pesquisas acerca desse tema. Sabe-se que a realidade dos assentamentos rurais do município de Porangatu não difere do contexto nacional, ou seja, em muitos deles há uma condição precária de produção agrícola bem como na forma como os assentados atuam em suas parcelas de terra.

Esse cenário motivou a execução de uma pesquisa que pudesse trazer informações, de relevância ao contexto acadêmico científico sobre os assentamentos no município, no qual a tabela 1 identifica-os e apresenta suas condições.

Tabela 1 – Assentamentos no município de Porangatu - GO até 2018.

nome do projeto	denº de famílias assentadas	data de criação
Assentamento Santa Tereza	81	02/04/1996
Assentamento Pioneira	74	22/06/1997
Assentamento Padre Josino	46	29/09/2004
Assentamento Irmã Dorothy	67	16/11/2005
Assentamento SalvadorAllende	61	22/12/2006
Assentamento SantaDica	99	10/05/2007
Assentamento Josué deCastro	27	30/08/2007
Assentamento FernandoSilva	93	22/11/2007
Assentamento Deus meDeu	27	02/12/2009
Assentamento Paulo G.S Filho	24	09/02/2009
Toal de famílias	599	

Fonte: INCRA Goiás (Levantamento de dados e organização, o autor)

Nesse somatório, o Assentamento Santa Dica destaca-se em número de famílias assentadas e é ainda o local escolhido para a pesquisa, conhecido popularmente como Toco Preto. O critério para a seleção desse assentamento foi estabelecido principalmente pela curta distância entre este e a cidade de Porangatu, o que facilitou as

visitas ao local, além das relações estabelecidas entre o assentamento, a cidade de Porangatu, o nível de desenvolvimento em que o assentamento se encontra ao se sobressair em relação aos outros da região e ainda a relação do pesquisador com o objeto de estudo.

De acordo com o INCRA, existem várias modalidades de projetos criados e existentes atualmente no Brasil. Dentre eles, o assentamento Santa Dica se enquadra no Projeto de Assentamento Federal, que é o mais comum no país que tem como características principais, a obtenção da terra, a criação do projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, apoio à Instalação e de crédito, infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), titulação (Concessão de Uso / título de Propriedade) de responsabilidade da União.

O assentamento possuiu uma área física de 4.096,7783 hectares de terra, com abundância de recursos hídricos, possuindo, no momento da sua divisão, 14 represas menores e ainda dois grandes lagos, além de limitar-se a leste como Rio Santa Tereza, que é um dos maiores da região. O mesmo possui vias de acesso a estrada de rodagem principal para todos os moradores, o que facilita a circulação e fluxo de pessoas e serviços. Possui áreas de reservas com vegetação típica, que ainda permanecem preservadas.

Essa área já foi lugar de uma grande lavoura de melancia e, segundo informações técnicas, possui solo de boa qualidade para plantação. A escolha da variável solo para descrever a condição de cultivo no assentamento se dá em razão de que toda e qualquer atividade rural depende desse elemento para subsidiar as formas de produção, além da grande disponibilidade de água quem também é essencial na produção. A figura 1 localiza e identificam os dois tipos de solos encontrados no Assentamento Santa Dica.

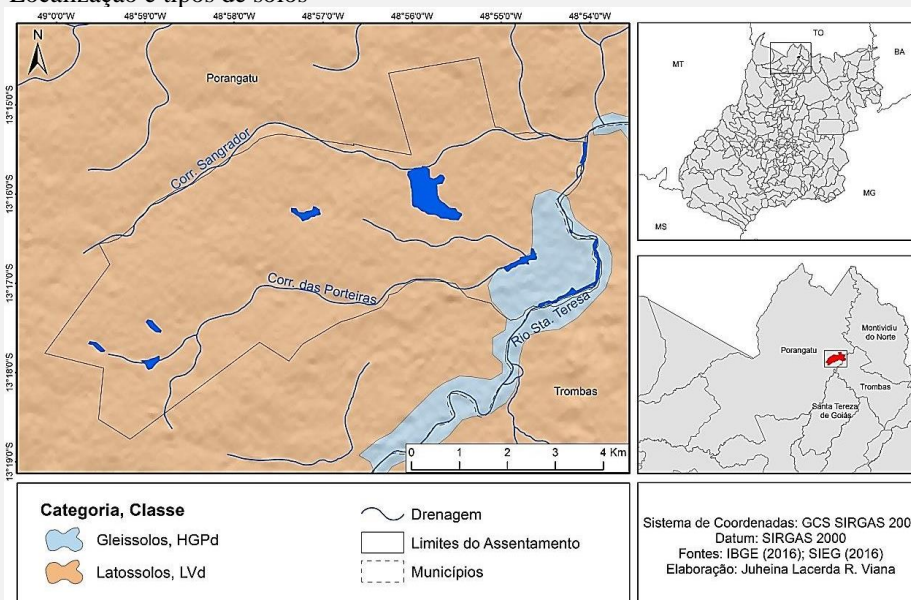
É possível observar a predominância do latossolo, porém nas áreas mais baixas encontram-se também os gleissolos. Segundo Lepsch, os latossolos podem ser descritos como:

Solos muito intemperizados, com pequena diferenciação dos horizontes, são ricos em óxidos de ferro, consistência friável, alta porosidade, com colorações que variam entre avermelhadas, laranjadas e amareladas. A textura varia de média a muito argilosa. Sua ocorrência é muito comum em áreas de superfícies de relevo relativamente planas. As condições climáticas e o local de existência favorecem intenso processo de intemperismo. A maioria dos latossolos são pobres em nutrientes para vegetais. São considerados solos ácidos e por ter baixo teor de nutrientes necessita-se de utilização de

O mesmo autor descreve sobre os gleissolos:

São comuns nas baixadas úmidas, o que favorece neles a saturação com água por períodos suficientes para o desenvolverem uma coloração com padrões acinzentados característicos. A grande maioria dos gleissolos situam-se em várzeas que permanecem encharcadas de água na maior parte do ano e tem lençol freático elevado. Para serem utilizados na agricultura, necessita primeiro ser bem drenados e também frequentemente protegidos de inundações (Lepsch, 2011,p. 338).

Figura 1 - Localização e tipos de solos



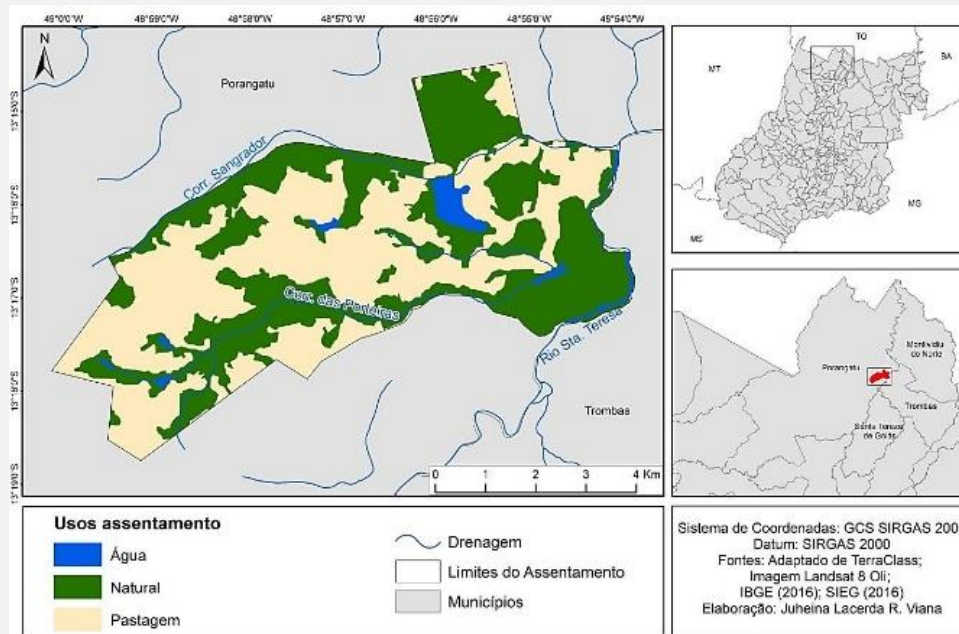
Fonte: IBGE (2016)

Considerando como relevante a presença do latossolo em quase toda a área como condição favorável para cultivos agrícolas, ainda há a necessidade de corretivos no solo, realizadas de tempo em tempo, à medida que o produtor percebe a redução da produção. Nos últimos anos a forma de cultivo dessa área varia de incipiente produção agrícola à área de criação de gado, sendo que a segunda, predomina dentre as atividades desenvolvidas. A figura 2 ilustra a espacialização das principais formas de uso do solo.

Conforme a figura 2, na organização espacial do assentamento, a forma de cobertura da terra predominante é a pastagem. Na conjuntura entre demanda e uso, percebe-se uma pressão pelo uso da água, já que no pasto se cria gado, o qual depende de água para dessedentação. Devido a escala do mapa, não se consegue ver as pequenas

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 240-256, jun. 2024. ISSN 1981-4089
represas que foram construídas dentro do assentamento que, apesar de pequenas, quase todas elas conseguem abastecer a propriedade durante todo o ano. Sendo assim, felizmente não se constatou falta de água como um problema no assentamento Santa Dica.

Figura 2 - Formas de uso do solo no Assentamento Santa Dica.



Fonte: Sistemas de Coordenadas SIRGAS 2000, Adaptado do TerraClass.

Pelas entrevistas com os assentados, uma das propriedades fazia o uso de irrigação para o cultivo de plantações, porém, segundo o proprietário do lote, o modo de produção não durou por muito tempo. Apesar do sucesso que estava obtendo, ele diz que era muito trabalho para ele e para a esposa e, c'omo não tinham dinheiro para pagar mão de obra externa, e os filhos estavam morando na cidade, decidiram por vender todo o equipamento, e continuar apenas cultivando no quintal, ou seja, cultivam uma porção bem menor, a qual ele e a esposa dão conta.

A construção da identidade da mulher e a renda em assentamentos de reforma agrária: Assentamento Santa Dica, em Porangatu / GO

No processo histórico de construção da identidade da mulher para além do patriarcalismo, as lutas foram constantes e os desafios ainda permanecem na atualidade. Para além do cuidado com a família, considerar a ascensão da mulher no mercado de trabalho, tanto na cidade como também no campo, as relações das atividades de empoderamento feminino, são estímulos para novas conquistas.

O papel social e o envolvimento da mulher em diversos espaços, dentre eles o rural e, em específico os assentamentos, é tratado por Lopes e Butto:

A partir de 2003, há uma mudança importante no governo federal com a implantação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo envolvendo o fortalecimento de alternativas econômicas e a criação de oportunidades específicas e dirigidas às mulheres assentadas da reforma agrária. Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços (Lopes; Butto, 2008, p. 26).

Como os bons resultados não demoraram a aparecer, a força da mulher no campo está cada dia mais consolidada, e fica ainda mais nítida em áreas de reforma agrária, uma vez que, mediante a necessidade de melhoria financeira, os homens por diversas vezes precisam trabalhar fora, seja na cidade ou em outras propriedades rurais, deixando as responsabilidades dos cuidados da terra conquistada, na responsabilidade das mulheres.

É importante lembrar que esse processo de emancipação da mulher dentro dos assentamentos rurais não aconteceu da noite para o dia, é uma construção que vem se se fortalecendo desde a cidade e tomou proporções tímidas, porém importantes no modelo familiar rural tradicional. Refati *et al.* (2017) salienta que essa construção deve ser primeiramente psíquica das mulheres no assentamento rural, processo esse que se iniciou nos últimos anos do século XX:

A partir das décadas de 1970/80 as mulheres camponesas do Brasil começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, em associações, lutando pelos seus direitos. Por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conseguiram alguns resultados a seu favor, como o auxílio no combate às formas de discriminação, criação de um setor de discussão de gênero dentro do movimento, maior participação em setores, grupos, assembleias e encontros, dentre outras conquistas (Refati *et al.*, 2017, p. 92-93).

Ao destacar a construção desse processo na prática, os autores apontam como as experiências e as vivências cotidianas contribuíram para formar mulheres aptas para o trabalho rural:

Através das experiências de lutas que as mulheres dos assentamentos passaram, em que algumas delas permaneceram até dez anos acampadas, lhes foi proporcionada a participação e discussão de temas diversos. A mulher não é a mesma antes e depois do acampamento, neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade, demonstrando que também é capaz de cuidar da roça, garantindo a sobrevivência da família junto com seu companheiro, ou se mantendo mesmo que seja solteira (Refati *et al.*, 2017, p.

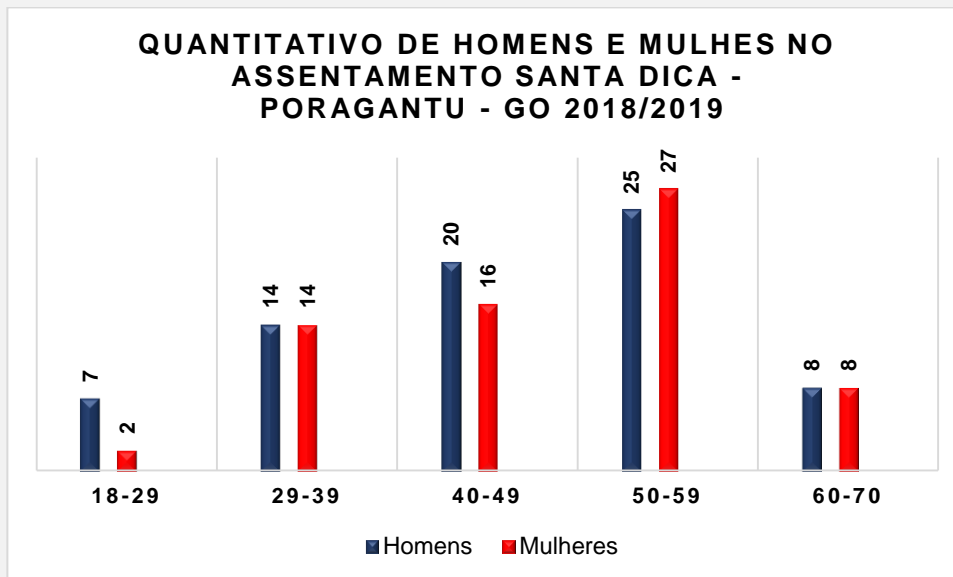
Vale salientar também o papel do Estado na inserção dessas mulheres no meio rural, através de algumas políticas públicas. Logo no início do atual século, as mulheres tiveram o apoio que faltava para se fazer dona da sua própria história, começaram a deixar o papel de coadjuvante, para muitas vezes se tornar protagonista em um assentamento de reforma agrária. Acerca dessa narrativa, Lopes e Butto, relatam que a:

Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços. Tanto o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2004) quanto o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM, 2004; II PNPM, 2008) buscaram superar a ausência anterior do Estado com a incorporação de proposições de ações afirmativas e de mudanças na concepção que orientam as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero (Lopes; Butto, 2008, p. 26).

A promoção da igualdade de gênero nos afazeres cotidianos, principalmente do âmbito rural, é notório, cada vez mais, exemplo disso é o Assentamento Santa Dica, no qual tem como atual presidente uma mulher. Desse modo fica claro que a mulher avança no espaço político entre a produção e administração no que diz respeito aos assentamentos rurais e, desse modo, contribui com as decisões de forma significativa na renda familiar, além de sua consolidação enquanto sujeito no cotidiano do assentamento.

Acerca de como esse contexto se materializa no Assentamento Santa Dica, foram realizadas algumas visitas específicas para esse fim, uma vez que semanalmente há o contato entre pesquisador e o e as pesquisadas, durante os meses de setembro de 2018 a abril de 2019. Foram coletados e analisados alguns dados com 61 mulheres, a partir de observações, conversas e questionários, sendo 99 famílias ao todo, mas algumas não foram encontradas na residência e outras se recusaram a participar da pesquisa por temerem avaliações negativas do INCRA e perderem suas terras. Nesse contingente das 61 famílias visitadas, é significativo a presença das mulheres conforme pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantitativo de homens e mulheres no Assentamento Santa Dica, Porangatu / GO (2018-2019).



Fonte: Coleta de dados *in loco* no Assentamento Santa Dica, Porangatu/GO. Elaboração: Autores.

A quantidade de mulheres em idade de força de trabalho é relevante e quase empata em número com os homens. Isso demonstra a relevância do papel da mulher no Assentamento Santa Dica para autonomia financeira da propriedade. Fato apreensivo é a pouca juventude, a qual pode representar insuficiência de pessoas para permanecer na terra e dar continuidade às atividades rurais.

Sobre a produção no Assentamento, os itens apresentados na tabela 2 estão de acordo com os dados mais recorrentes apresentados durante as entrevistas, sendo que através desses dados constatou-se que em todas as famílias entrevistadas, a mulher era indicada para conversar com o pesquisador. Informa-se que em muitas famílias os elementos se repetem. Nesse diálogo revelaram em sua totalidade que as famílias possuem mais de uma fonte de renda para sobreviver, e todas elas relataram que a falta de capital e a falta de organização entre os assentados, é o principal empecilho para obter maior sucesso dentro da terra. Destacam ainda a importância do acompanhamento técnico governamental para efetivação e êxito das atividades produtivas.

É notório as diversificadas fontes de renda, sendo que o trabalho em outras propriedades rurais foi o segundo item mais respondido entre as famílias e é uma prática exclusivamente masculina. Mesmo predominando a comercialização da produção no lote, fica a cargo dos homens sair para uma buscar fonte de renda auxiliar. Segundo as entrevistadas, a busca por renda fora da propriedade se deve por falta de capital para fazer

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 240-256, jun. 2024. ISSN 1981-4089
o investimento necessário para ampliar a produção no próprio lote.

Tabela 2 – Fontes de renda presentes no assentamento Santa Dica

Origem da renda	Famílias
Comercialização de produtos do lote (aves, suínos, mandioca)	38
Trabalho assalariado em outras propriedades rurais	27
Aposentadoria ou pensões	10
Programas assistenciais do governo, ex: bolsa família	8
Aluguel de pasto	28

Fonte: (Levantamento de dados e organização, o autor).

Figueiredo e Pinto esclarecem o seguinte sobre a falta desse capital:

Quando o indivíduo é finalmente assentado, após anos de luta, na maioria das vezes, está completamente descapitalizado, pois, como vimos, ele mal tinha recursos para se alimentar na época de acampamento. Paralelamente a isso, há a entrada de novos atores no espaço do assentamento, como os técnicos do Estado, que imporão exigências para o enquadramento dos assentados no acesso a seus programas de apoio e recursos financeiros (Figueiredo; Pinto, 2014, p. 569).

Com a saída do homem para obtenção de renda em outras propriedades, a mulher é quem fica no zelo e manutenção de afazeres como as venda da produção que vão desde a criação de aves a pequenos cultivos como mandioca, pimenta e hortaliças. A comercialização dos alimentos produzidos no lote foi o segundo item mais respondido por elas. Os produtos citados foram: ovos, frangos, banha de porco, leite, queijo, farinha e polvilho. Desses produtos, todos são cuidados pelas mãos das mulheres. Para Lavrati e Ferreira:

A construção da identidade da luta das mulheres deve adentrar na estrutura do movimento social do campo, não para construir um movimento feminista à parte, mas sim, como fator principal para a prática de uma igualdade de gênero. Para isso, é necessário que a mulher compreenda a importância da luta para justificar a sua participação, em seguida convencer e ter apoio do seu companheiro para contribuir e “colaborar” na construção de uma relação de igualdade, por isso são dois movimentos emancipatórios, em que é necessária a conscientização de ambos os gêneros para legitimar esta luta (Lavratti; Ferreira, 2015, p. 07).

Essa ação de colaborar com as despesas da casa ou da família, através da venda dos produtos excedentes, ou na intenção da produção para consumo próprio, gera parcial autonomia da mulher, mesmo que as decisões finais de plantação pequena, feita no próprio quintal seja em comum diálogo com o homem/marido.

Quanto aos cultivos, os mais comuns são plantações de hortaliças (cheiro verde, alface, couve, jiló, abobrinha), além das plantas medicinais como o poejo, alecrim, hortelã que são realizadas no quintal e tem o intuito de produzir apenas para o consumo, que são feitas pelas mulheres da casa, na qual, segundo Carvalho *et al.* (2009), esses pequenos cultivos são de extrema importância no complemento alimentar dos assentados.

Os quintais constituem um significativo complemento à alimentação familiar. Atendendo aos interesses do autoconsumo. As famílias cultivam hortaliças, tubérculos, frutos, temperos e plantas medicinais, segundo a tradição familiar e a produção de subsistência. A grande diversidade de espécies constitui um patrimônio genético que os agricultores procuram preservar, para assegurar a diversidade nas refeições [...] (Carvalho *et al.*, 2009, p. 80).

As imagens das figuras 3 e 4 mostram o cultivo de mandioca e a criação de aves, que são comum nas propriedades do assentamento Santa Dica.

Figura 03 - Cultivo de mandioca nas propriedades do Assentamento Santa Dica. Figura 04 - Criação de aves nas propriedades do Assentamento Santa Dica.



Fonte: O autor, (2016)



Fonte: O autor, (2016)

O cultivo da mandioca também é feito de forma simples, sendo que toda família participa deste processo, desde a parte da plantação, até a colheita. O destino final deste produto é diverso, a mandioca serve tanto *in natura* para ser consumida como complemento das refeições no dia a dia, ou também a ser processada, se transformando em polvilho ou em farinha torrada.

Carvalho *et al.* (2009) comenta sobre as práticas de cultivo no loteamento:

É comum encontrar no assentamento famílias que praticam agricultura de subsistência, caracterizada pelo baixo índice de tecnologia e produtividade e maior utilização de mão-de-obra. A exploração desses cultivos está restrita a pequenas áreas, nas proximidades das habitações, quintais e hortas. A baixa produção dos cultivos pode ser a causa de um dos maiores problemas diagnosticados: insegurança alimentar da comunidade (Carvalho *et al.*, 2009, p. 80).

A criação de aves é feita de forma bastante simples, criadas soltas nos quintais e os alimentos fornecidos para as galinhas é o milho. A finalidade dessa atividade é a produção da carne, além de outros subprodutos como ovos, tanto para o autoconsumo como também para a comercialização, no qual muitas famílias têm clientes na cidade para entrega semanal.

É importante ressaltar que a dificuldade financeira dos assentados dificulta bastante as atividades produtivas, sendo que o processo produtivo envolve a articulação de elementos como compra das sementes, o preparo da terra, a compra de adubo e outros serviços, os quais requerem um capital inicial a ser investido. Segundo informação de uma representante, o Assentamento Santa Dica ainda não foi beneficiado com todos os tipos de incentivos agrários que viabilizam a produção. Contudo, as mulheres assentadas mostram empenho na dinâmica de renda familiar.

Considerações finais

Percebe-se que no assentamento Santa Dica as famílias têm práticas dinâmicas no que diz respeito às fontes de renda presente em cada unidade familiar. Destaca-se a força da mulher, que contribui de forma significativa para a renda, e que hoje na maioria das propriedades do assentamento, são as grandes responsáveis pelo alimento que vai para a mesa da família.

Fato preocupante é perceber que, mesmo depois de mais de dez anos da criação do assentamento, existem muitas famílias dependentes de outras rendas para sobreviver e que, ainda assim, as que conseguem produzir para além do autoconsumo, poucos alimentos são vendidos para fora do assentamento.

Durante o período de pesquisa, constatou-se que as falhas consistem desde as famílias não possuírem capital e conhecimentos técnicos satisfatórios para a produção, passando pela burocratização para aquisição de recursos governamentais e a assistência de especialistas para a capacitação quanto às possibilidades de aproveitamento do solo.

A presença da mulher, em sua maioria, está alicerçada na participação ativa para a efetivação e manutenção da renda na família, sendo que é no cultivo do quintal que exercem sua força produtiva.

O que se propõe é um processo contínuo de formação e capacitação para todos

os membros da família assentada, no intuito de que se produza na terra e, assim, fomentem-se as possibilidades para melhoria das condições de vida. Caso contrário, as famílias definham-se em estado de comodismo e não se articulam para dinamicidade dos tempos atuais.

A formação de associação na organização da produção, de modo que os assentados se juntem em prol de fortalecer no momento de produzir e comercializar um determinado produto, também é uma alternativa viável, pois desta maneira poderão fazer frente aos grandes produtores da região, tornando os produtos do assentamento competitivos no mercado.

Através das informações obtidas, pôde-se constatar, como aparecem em várias pesquisas, que a vida, e os determinantes do sucesso ou insucesso dos assentados, dependem de vários fatores, e existem vários empecilhos durante todo esse processo. Isso reforça a narrativa de que a reforma agrária dificilmente poderá ser analisada de forma quantitativa, nem tão pouco dissociada do papel da mulher, tendo em vista a expressividade da força de trabalho que essa exerce no assentamento Santa Dica.

Referências

BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS, D. S. B. de; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. C. da; GUANZIROLI, C. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: INCRA, 1999. 62p. Projeto de Cooperacao Técnica INCRA/FAO. Disponível em <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=CNPAB&busca=%28autoria:%22GUANZIROLI,%20C.%22%29>. Acesso em 17 de setembro de 2022

CARVALHO, S. P *et al.* **Reforma Agrária: a realidade de um assentamento rural.** CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia, v. 4, n. 8, p.67-97, ago. 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5230921/reforma-agraria-a-realidade-de-um-assentamento-rural/11>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

ENGELBRECHT, M. R. **Agricultores familiares e a representação do mundo rural: o caso do município de Toledo-PR.** In: Anais [...] IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís. São Luís:Universidade Federal de São Luís do Maranhão, 2008 p.19. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/agricultores-familiares-e-a-representacao-do-mundo-rural-o-caso-do-municipio-de-toledo-pr.pdf. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. **Acampamento e assentamento: participação,**

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 17, n. 1, p. 240-256, jun. 2024. ISSN 1981-4089
experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. *Psicologia & Sociedade*; 26(3), p. 562-571, 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000300005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

FUNDATER. Fundação de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás. **Relatório Socioeconômico do Projeto de Assentamento Santa Dica.** Ano de 2015.

LAVRATTI, I. M; FERREIRA, L. S. **A participação das mulheres em assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas.** 2015. Disponível em:
https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-participacao-das-mulheres_iara-milreu-lavratti.pdf. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

LEPSCH, I. F. **19 lições de Pedologia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LOPES A. L.; BUTTO. **As Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2008.

MELGAREJO, L. **O desenvolvimento, a reforma agrária e os assentamentos: espaços para a contribuição de todos.** *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p.58-68, 2001. Trimestral. Disponível em:
<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_ano2_num4_parte14_artigo.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

PICCIN, M. B. **Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 144, p.115-141, abr. 2012. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/05.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

SCOPINHO, R. A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** *Psicologia & Sociedade*, [s. L], v. 1, n. 19, p.84-94, 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12>>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em promessa.** 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SPAROVEK G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

REFATTI, D. C *et all.* **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** *Revista Nera*, ano 20, nº. 35 – Janeiro/Abril de 2017.
<https://tede.unioeste.br/handle/tede/1508>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.